

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HEMILLY RAMOS FERREIRA

***A HOLDING* FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL E
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**

CRICIÚMA

2020

HEMILLY RAMOS FERREIRA

***A HOLDING FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL E
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO***

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Luciano da Rocha Ducioni

CRICIÚMA

2020

HEMILLY RAMOS FERREIRA

***A HOLDING FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL E
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E TRIBUTÁRIO***

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 29 de Julho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luciano da Rocha Ducioni - Especialista – (UNESC) – Orientador

Prof. Realdo de Oliveira da Silva - Mestre - (UNESC)

Prof. Manoel Vilsonei Menegali - Especialista - (UNESC)

Dedico esse trabalho a Deus, aos meus familiares que são essenciais na minha vida, aos professores e a todos que me ajudaram a desenvolver esse estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu forças, coragem e sabedoria ao longo de minha trajetória acadêmica.

À minha mãe, Adriana Ramos Ferreira, mulher guerreira que me criou, está sempre ajudando, incentivando e me dando conselhos, que além de mãe foi pai e soube me educar. Agradeço aos meus Familiares, pessoas pela qual eu tenho muita gratidão, me auxiliaram e me mostraram os caminhos para a vida e me alertaram nas decisões, sou muito grata a cada membro da família com todo coração.

Aos meus amigos muito especiais, amigos que sou muito grata, onde passamos esses anos juntos um ajudando o outro, dividindo momentos felizes e também os momentos difíceis.

Minha gratidão ao orientador, Luciano da Rocha Ducioni, professor que admiro muito, por sua paciência, dedicação e atenção para a realização do mesmo.

Por fim, não menos importante, à coordenação do curso de Ciências Contábeis, a universidade e a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram a concluir mais uma etapa da minha vida.

“O planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro de decisões presentes.”

Peter Drucker

A HOLDING FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Hemilly Ramos Ferreira¹
Luciano da Rocha Ducioni²

RESUMO: As empresas familiares são os tipos de empresa predominante no mercado brasileiro e no mundo, sendo responsável por grande parte da economia mundial. Esse estudo tem como objetivo analisar como a constituição de uma *holding* familiar pode contribuir para a proteção e sucessão patrimonial, bem como identificar seus efeitos tributários, por meio de uma pesquisa descritiva, onde os resultados serão apresentados por meio de uma análise de conteúdo e estudo de caso único. O estudo foi realizado por meio da análise das demonstrações contábeis, financeiras e econômicas das empresas que possuem quotas do sócio-diretor em estudo, juntamente com dados financeiros do mesmo e de seus familiares. Os resultados da pesquisa, foram que a constituição da *holding* é uma visão futura, uma vez que poderá adaptar dentro da empresa e a família as questões de sucessão, proteção patrimonial e financeira, e pode passar a ser uma opção menos onerosa tributariamente para a família, planejando a sucessão do patrimônio das empresas aos herdeiros e com uma incidência de riscos menores com relação ao patrimônio conquistado.

PALAVRAS – CHAVE: Empresas Familiares; Planejamento; *Holding*.

AREA TEMÁTICA: Contabilidade Gerencial.

1 INTRODUÇÃO

Diante da situação econômica do país, correspondendo a uma intensa instabilidade da economia, resta aos empresários buscarem estratégias para gerenciar seus negócios e cuidar do seu patrimônio. Os empreendimentos familiares representam grande parte da economia no Brasil, inclusive no mundo. No país, as empresas privadas familiares correspondem a 90% do total das empresas, sendo também, responsáveis por 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Gerando 85% dos empregos formais no país (BRANDT; KROENKE; PLETSCHE, 2018).

A partir do princípio de que o planejamento é o melhor caminho para encontrar os melhores resultados, aumentando a probabilidade de todos os desafios serem superados com êxito e contribuindo para viabilizar a continuidade do crescimento de muitas empresas e grupos familiares. Muitos estudos revelam que à falta de planejamento formal da sucessão, envolvem disputas entre os herdeiros e sucessores, não levando em conta o profissionalismo na condução do processo e sim, o imprevisto ou até mesmo surpresa, em casos em que o patriarca/fundador

¹Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

²Professor e especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



acaba saindo de forma inesperada do comando da empresa (ORO; LAVARDA, 2019).

Desta forma, a grande parte das empresas brasileiras buscam meios e estratégias para conduzir a sucessão do patrimônio, assim como a proteção dos bens, da forma menos onerosa com relação a tributo. E assim, surgem alguns estudos societários e tributários que viabilizam a empresa adaptar-se e continuar no mercado.

O presente estudo pretende responder as seguintes questões: Como a constituição de uma *holding* familiar pode contribuir para o planejamento da proteção patrimonial? E quais seus reflexos tributários?

Logo, teve como objetivo geral, analisar como a constituição de uma *holding* familiar pode contribuir para a proteção patrimonial, bem como identificar seus efeitos tributários.

Para chegar nesse objetivo geral foram elencados como objetivos específicos, que são eles: a) caracterizar e conceituar os tipos de sociedades e empresa familiar; b) analisar como ocorre o processo de sucessão de uma empresa familiar do estudo de caso; c) apresentar uma proposta sobre os efeitos tributários resultantes da reorganização societária.

Por meio desse artigo, é possível identificar como o planejamento e a sucessão podem ser configurados por meio de uma *holding*, de forma que a empresa, a família e o patrimônio sejam direcionados da melhor forma para o futuro, uma vez que o objetivo das empresas é o caminho seguro e de sucesso.

O estudo contribui para mostrar os benefícios para o empresário do estudo de caso, a viabilidade do planejamento da tributação em um todo, para empresas *Holding*, uma vez que comparada a pessoa física se torna menos onerosa. Além disso, essa pesquisa é importante para a sociedade em um todo, pois quanto melhor financeiramente a empresa maior a geração de empregos e rendas para as famílias da região, contribuindo com outros trabalhos acadêmicos.

Esse trabalho está estruturado com a introdução, sendo a seção 1, seguida da fundamentação teórica na seção 2. São apresentados na seção 3, os aspectos metodológicos, a apresentação dos resultados na seção 4 e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção visa apresentar a fundamentação teórica de diversos autores em suas obras publicadas, que irão referenciar o tema proposto.

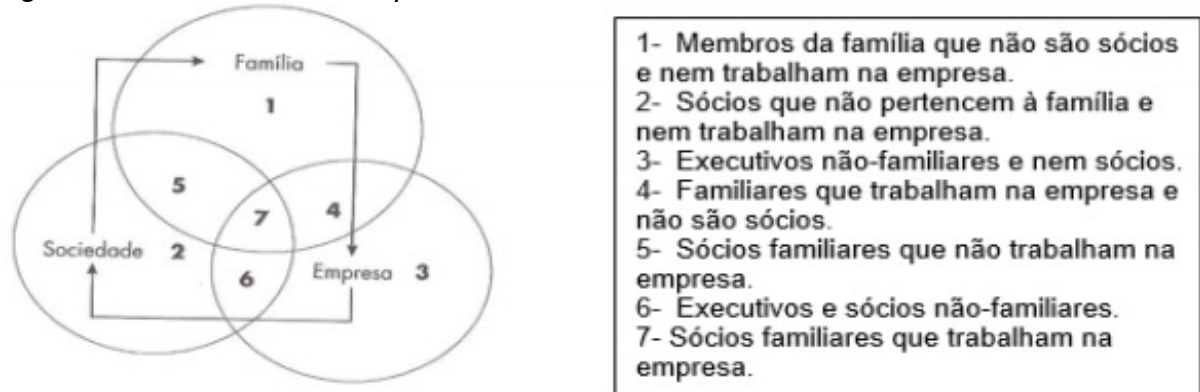
2.1 EMPRESAS FAMILIARES

Empresas familiares são organizações comerciais onde a tomada de decisão é deliberada por um membro ou herdeiro de uma família, que por sua vez, são proprietários da organização. Sendo assim, entende-se que os herdeiros irão assumir a empresa e assumir a posição de proprietário, administrando a organização para a continuidade do trabalho já realizado pelo antecessor, distinguindo-se dos demais empreendimentos onde não são envolvidos familiares na gestão e direção (OLIVEIRA et al, 2018).

Bornholdt (2005) considera que uma empresa familiar é quando a empresa pertence a um grupo familiar, onde os vínculos familiares regem a sucessão do

negócio, sendo que os cargos estratégicos são assumidos por familiares, os valores adotados são similares aos utilizados dentro da família.

Figura 01 - O modelo da empresa familiar em três círculos



Fonte: Bornholdt (2005).

Para Silva (2006), definir, “empresas familiares” é um grande desafio, uma vez que seu conceito não há uma definição amplamente compreendida. Sendo que alguns autores citam que esse tipo de empresa é formado por uma família na administração. A empresa familiar também pode ser onde a maioria do comando está em uma família, aonde o patriarca irá um dia repassar para seus herdeiros a sucessão da empresa dirigida por ele.

Para alguns autores, como Mamede e Mamede (2014), as empresas familiares têm o seu lado negativo, isso porque são analisados alguns aspectos, como a insuficiência de recursos humanos, centralização do poder, dificuldades financeiras e tecnológicas e a falta de habilidade.

A principais características nas empresas familiares como cita o autor Oliveira et al (2018), é a influência que tem a autonomia do sócio fundador, onde é passado o conhecimento para toda a família, sendo fatores decisivos e essenciais para o sucesso e desenvolvimento ao longo da vida empresa nas diversas gerações. Contudo, um problema que vem sendo apresentado nas organizações familiares é a garantia de sucessão. Algumas dificuldades que as empresas familiares têm, as outras organizações sofrem também, como por exemplo, a crise de adaptação ao contexto, crescimento e amadurecimento, elas são afetadas diretamente com a sucessão, onde surge a importância do planejamento sucessório (VRIES; CARLOCK; FLORENTTREACY, 2015).

É claro o risco para as empresas produtivas, onde o planejamento sucessório e a sucessão não são pautas, que atinge tanto as empresas menores quanto empresas maiores. São grandes os números de empresas que não planejam e sofrem esse risco. O caso de sucessão acaba ocorrendo de forma automática, até a própria empresa consequentemente experimentar a alteração. Em alguns casos vê-se claramente que a empresa ingressou na crise já a partir da sucessão não planejada (MAMEDE, 2019).

Deste modo, o processo de sucessão não é algo fácil de solucionar, assim como o seu planejamento não é simples. A mortalidade que se referem as organizações familiares nas sucessões para a próximas gerações são a resposta. A sucessão nesse caso ocorre durante o período todo da vida dos herdeiros na



empresa, incluindo toda a experiência e conhecimento para que a empresa continue com sucesso (FERNANDINO, 2016).

Da mesma forma que a importância da sucessão e o planejamento do futuro da organização, é importante antecipar a distribuição do patrimônio da empresa de forma equitativa. Separar alguns patrimônios, com a intenção de reduzir dificuldades na divisão, principalmente com relação a economia tributária, que seja possa ser menos onerosa da forma de privar a riqueza da empresa familiar (SILVA, 2017).

Portanto, as empresas familiares são organizações um pouco mais complexas e é necessário analisar todas as áreas para manter uma gestão da empresa, onde poderia fazer um processo de treinamento para a gestão, que auxilia em todo o processo de sucessão, evitando as dificuldades que normalmente ocorre nas organizações (MENEGETTI et al, 2018).

2.2 TIPOS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA

Conforme o direito brasileiro é admitido apenas a criação de sociedade simples ou sociedade empresária, no art. 982/2002 (código civil), que demonstra a diferença entre as duas, ressaltando no parágrafo único. As sociedades empresárias podem ser em comandita simples, sociedade limitada, comandita por ações, em nome coletivo ou sociedade anônima (MAMEDE; MAMEDE, 2017).

O Código Civil de 2002, no art. 1039, cita que a sociedade de nome coletivo pode ser somente constituída por pessoas físicas, onde podem constituir a sociedade em nome coletivo, respondendo solidariamente e ilimitado as obrigações sociais.

Portanto, caso o sócio não cumpra com os deveres da empresa, a pessoa física assume todos os atos de forma direta e deverá cobrir os ônus com seu próprio patrimônio, caso da sociedade com nome coletivo.

A sociedade em comandita simples não é muito utilizada, sendo que ela tem dois sócios com responsabilidades diferentes. Os sócios podem ser pessoa física ou pessoa jurídica, sendo que a obrigação é limitada ao capital da empresa subscrito, onde deve ser discriminado no contrato social qual o tipo de sócio comanditado e o comanditário.

Portanto, esse tipo de sociedade é composto por mais de um sócio que podem ter responsabilidades distintas, respondendo os comanditados solidariamente e ilimitado, já os comanditários respondem limitado conforme a sua cota do capital social (BULGARELLI, 2000).

A sociedade em comandita por ações é separada por ações o capital, possuindo dois tipos de responsabilidade para cada sócio. Os sócios administradores são os que têm a responsabilidade ilimitada e os que têm a sociedade limitada não são considerados sócios administradores (TZIRULNIK, 2005).

Esse tipo de sociedade é limitado conforme o preço das ações subscritas ou compradas, dividida por ações e pelos tipos de responsabilidades de cada acionista, já os diretores assumem de forma direta a responsabilidade ilimitada das obrigações de forma solidária (ALMEIDA, 2008).

Conforme o código civil, art. 1052, cita que a sociedade limitada, dá a responsabilidade para os sócios conforme o valor da sua cota do capital, sendo que



todos respondem de forma solidária a integralização do capital, logo, as obrigações são com base no valor integralizado no capital e a porcentagem que participa.

A integralização do valor no capital social exime o sócio de qualquer responsabilidade de dividendos da empresa, sendo de sociedade e de terceiros. Ela é uma sociedade que tem autonomia, responde por suas próprias obrigações de forma que é uma sociedade personificada (ALMEIDA, 2008).

Já as sociedades por ações, o capital social é dividido por ações, cujos tipos jurídicos da companhia podem ser aberto ou fechado (BULGARELLI, 2000). De acordo com o código civil, no seu art. 1.088, cita que o capital é todo capital dividido por ações, sendo assim, o sócio adquire conforme o preço de emissão de cada ação. A Lei nº 6.404/76 é responsável por normalizar essa sociedade.

Conforme Fabretti (2008, p. 179 e 180), as sociedades por ações são caracterizadas, da seguinte forma:

a) a S.A. é uma sociedade de capital e não de pessoas; b) seu capital é dividido em ações, que são os títulos representativos da participação societária no capital da companhia; c) o titular da ação é chamado de acionista; d) a responsabilidade do acionista vai até o preço da emissão das ações que subscrever ou adquirir (art. 1º da LSA); e) as ações são livremente negociáveis, razão pela qual nenhum acionista pode impedir a entrada de outro na companhia; f) falecendo o titular de uma ação, não poderá ser impedido o ingresso de seus sucessores no quadro da sociedade; g) o herdeiro ou legatário de uma ação, queira ou não, transforma-se em acionista; h) por se tratar de sociedade institucional, não será lícito aos sucessores do acionista morto pleitear a apuração de seus haveres; i) a companhia é sempre mercantil, mesmo que o seu objeto seja civil, ou seja, prestação de serviços gerais, como por exemplo: telecomunicações, energia elétrica, instituições financeiras etc. (art. 2, § 1º); j) a sociedade será designada por denominação, acompanhada das expressões companhia ou sociedade por ações, por extenso ou abreviadamente (CIA. ou S.A.), sendo que a primeira expressão só pode ser colocada no início ou no meio do nome empresarial. Exemplo: Companhia Brasileira de Distribuição; k) o seu órgão deliberativo máximo é a Assembleia Geral, que tem poder para aprovar e reformar os estatutos sociais, eleger seus executivos (conselho de administração e diretoria), seus fiscais (conselho fiscal), aprovar, a cada ano, as contas da diretoria etc.

A forma de definição do tipo de sociedade deve considerar o tipo de empresa que os sócios pretendem constituir. No caso de *Holding*, a forma de sociedade limitada é mais adequada, uma vez que o objetivo de impedir terceiros acessarem o patrimônio da família e dos sócios. Verificando na prática, que o processo de registro de sociedade empresária é mais simples, uma vez que o custo de constituição é menor, sendo feito por meio da Junta Comercial do estado (TEIXEIRA, 2007)

Para o autor José Henrique Longo, os tipos de sociedades adequados seria a empresa de responsabilidade, também conhecida como EIRELI, também podendo ser constituída como sociedade por ações ou sociedade limitada. Lembrando que o tipo de sociedade não muda a característica da holding e não diferencia a forma de tributação (LONGO, 2013).

2.3 HOLDING



Holding é uma palavra original do inglês, onde *to hold*, se traduz para segurar, sustentar, logo, *holding* traduzido é como o ato de segurar, deter e como domínio. A expressão designa o modelo de personalidade jurídica, atuando como proteção de bens imóveis, móveis e participações dos titulares (MAMEDE, 2019).

Com o objetivo de controlar e administrar empresas, controlando também as participações de outras organizações. A *Holding* podendo ser uma empresa de apenas um sócio, ou, não participar em outras organizações, constituída apenas como administradora de bens, com objetivo de proteção dos bens patrimoniais do sócio, a sucessão para os herdeiros, organização dos recursos, além de benefícios fiscais que também podem trazer benefícios no geral para os sócios (MAMEDE; MAMEDE, 2017).

A *holding* é uma evolução na gestão, uma vez que ajuda os sócios o controle de seus bens e o comando geral de seu grupo de empresas que está incluso como sócio (OLIVEIRA, 2010). No Brasil, a *Holding* é uma característica societária, fundamentada na Lei 6.404/76, no seu art. 2º, que cita uma empresa com objetivos de participar em outras sociedades.

Existem duas espécies de *holding*, que são as puras e as mistas. A identificação se dá conforme a definição do ramo de atividade e atuação da empresa. Porém, existem outras espécies de *holding* que foram aumentando conforme a necessidade das empresas ao longo do tempo.

Holding pura, ou sociedade de participações pode controlar diversas empresas ou apenas uma, não precisando ter exclusividade em apenas uma (MAMEDE, 2019). O principal objeto social é a participação em outras empresas, portanto, poderá manter cotas e ações em outras organizações (JUNIOR et al, 2014).

Holding mista tem em seu objetivo social pode compor a participação em outras organizações e também poderá explorar as atividades empresariais diversas que retornam com faturamento (MAMEDE, 2019).

Conforme Passaglia (2012) as *holding* mistas são as sociedades que tem em seu ramo de atividade não somente atividades de participação societária, mas tem também outras atividades, como por exemplo, prestação de serviços, comercialização e industrialização.

2.4 HOLDING FAMILIAR

A *holding* familiar não é considerada um modelo específico, mas uma característica específica. Podendo ela ser *holding* pura ou mista, sendo indiferente. Sua característica principal é o fato de se enquadrar como uma empresa familiar e servir ao planejamento desenvolvido por seus membros, considerando desafios como organização do patrimônio, administração de bens, otimização fiscal, sucessão hereditária (MAMEDE, 2019).

A constituição da *holding* de família existe uma controvérsia, uma vez que passa por uma mudança de natureza jurídica com relação ao convívio entre os familiares. Sendo que o convívio estava submetido ao direito familiar e que agora passam a ser submetida ao direito de sociedade, onde encontramos diversos instrumentos que foca no comportamento de cada pessoa, membro da família. Identifica as regras e instruções no contrato social ou no estatuto para a convivência de todos os sócios dentro *holding* familiar (MAMEDE, 2019).



Mesmo a *Holding* familiar reduzindo os problemas com a sucessão da empresa e dos patrimônios, a questão de risco com relação ao casamento dos demais membros da família herdeiros ou o falecimento de cotista ou acionista passa a ser de direito passar a parte dos bens, valor comparado ou a sociedade para o terceiro, que por sua vez pode ser uma pessoa estranha (SEABRA, 1988).

2.4.1 *Holding* e a sucessão familiar

De acordos com Mamede (2019, p. 94) “A sucessão é um dos pontos mais críticos na história das empresas. Perde-se assim, todo o trabalho de uma vida, quando não o trabalho de algumas gerações”.

A sucessão se trata de um procedimento complexo, onde as atividades dos responsáveis da empresa e do herdeiro crescem constantemente, junto se cruzam e um dia se solidificam. O objetivo principal da sucessão é transferência do patrimônio o geral, inclusive a organização, bens e propriedades para os herdeiros, membros da família (VAZQUEZ; CASILLAS; DÍAS, 2017).

O planejamento se torna chave para o sucesso do patrimônio familiar, uma vez que antecipa as medidas necessárias para a sucessão aconteça de forma menos traumática, sendo que o processo de inventário pode se arrastar durante anos, caso os herdeiros não se entendam acerca da divisão dos bens, podendo ser ainda mais complexo e cheio de conflitos, especialmente se houver uma sociedade empresarial (SILVA; ROSSI, 2017).

O processo em que se trata a sucessão, normalmente é uma definição que pode configurar a organização de forma que pode mudar a identidade da empresa. A administração passa a ser regida por herdeiros, membros da família (RICCA, 2016).

O processo de sucessão por meio das características da empresa, uma vez que planejado e com início ainda com o patriarca para que a empresa não perca o desenvolvimento e com isso crie a confiança dos demais membros da família que no momento não esteja participando diretamente na sociedade da empresa familiar (SEBRAE, 2016).

O planejamento da sucessão tem como objeto a garantia na substituição do patriarca ou executivo, lembrando que é necessária a capacidade profissional para que seja possível a continuação da organização com sucesso (IBGC, 2015).

A sucessão tem como objetivo também a distribuição de forma justa do patrimônio da empresa e da pessoa física ainda em vida, com a visão de diminuir quaisquer custos da sucessão, colaborando com a administração da família (SILVA; ROSSI, 2017).

Os empresários que são proprietários das empresas que está sendo planejado a sucessão de sua empresa é importante colocar em pauta todas as formas possíveis de fazer a sucessão menos onerosa e mais segura, desta forma, encontra como proposta a *Holding*, que caso fosse ser estudada apenas no âmbito da sucessão ela não viabiliza a solução dos conflitos e condições de resolver tais conflitos de forma direta sem que isso se torne um problema futuramente (OLIVEIRA, 2006).

2.4.2 *Holding* como proteção patrimonial



Atualmente a todo tempo, os sócios estão colocando em risco o seu patrimônio pessoal e o patrimônio da família, sejam por meio de empréstimos bancários, dívidas fiscais, ações judiciais, onde o próprio patrimônio fica sujeito a responsabilidade por dívidas na esfera trabalhista, fiscal, bancária e civil, como penhora e alienação judicial. Surge então a necessidade de uma maior proteção dos bens em relação à pessoa física do sócio e em relação a outros patrimônios da família.

Com relação a proteção patrimonial, onde o sócio de uma empresa operacional é também uma pessoa jurídica, isso viabiliza o processo de crescimento da empresa, podendo conhecer lugares em destaques em sua organização, além de ter alguns direitos e obrigações com os sócios que são enquadrados no quadro societário, dividindo as questões da empresa operacional com os demais assuntos das particularidades que podem ser tratadas na *holding*. Idealizando a preservação da empresa e perenidade, é imprescindível o planejamento sucessório e a constituição da empresa *holding* para a organização e proteção do patrimônio individual (LONGO, 2013).

Por meio da constituição de uma pessoa jurídica, é possível receber tratamento diferenciado com relação a tributação que mudam as regras no geral e receber proteções patrimoniais diante da sucessão entre os herdeiros (HUNGARO, 2009).

Com a constituição de uma *holding*, o patrimônio passa a ser protegido pela empresa e não serão atingidos diretamente, exceto em caso de fraude, insolvência contra credores ou falência. Assim, o patrimônio da empresa não se mistura com os bens dos sócios da empresa, bem como as obrigações dificilmente poderão ser retiradas dos sócios, pessoas físicas (GARCIA, 2018).

Nessa pessoa jurídica os bens da pessoa física são integralizados junto ao capital social da empresa, que normalmente é constituída por sociedade empresária como limitada, onde os sócios recebem apenas as quotas da empresa (BERGAMINI, 2009). A forma de isso acontece é simples, pois, na constituição os herdeiros passam a serem submetidos as leis societárias, incluindo as regras de convivência, que por sua vez, é repassado no contrato social cada caso, e quanto mais específico for no contrato ou estatuto melhor para a redução de conflitos (MAMEDE; MAMEDE, 2017).

2.4.3 Benefícios tributários na constituição de *Holding*

A constituição de uma *holding* tem como objetivo também na área tributária, pois pode permitir de forma legal a redução da carga tributária nas atividades empresariais da família, sem que o mesmo represente riscos fiscais, sendo que o planejamento esteja nas previsões da lei (SILVA; ROSSI, 2017). O planejamento tributário é um conjunto de ações realizadas dentro da empresa, para que seja feito um estudo em todos os caminhos para que seja planejado com o objetivo de diminuir o recolhimento dos impostos, fazendo com que a empresa alcance um nível maior de rentabilidade e competitividade.

O Imposto sobre transmissão causa Mortis e doação (ITCMD) é um tributo de competência estadual, cujo fato gerador consiste na transmissão não onerosa de bens ou direitos, seja por ato "intervivos" ou *causa mortis*, estabelecido na Lei 13.136/2004. Sendo um imposto atribuído para cada estado, possuindo a alíquota que pode variar de 1% a 8% no estado de Santa Catarina. Previsto no artigo 155,

inciso I da Constituição. Quando se trata de doação de cotas de sociedade, a base de cálculo deverá ser calculada com base no patrimônio líquido da organização, dividido pelo número de cotas totais e multiplicado pela quantidade de cotas doadas (SILVA; ROSSI, 2017).

O imposto de transmissão de Bens Inter vivos (ITBI) é um tributo de competência municipal, e tem como fato gerador a transmissão, “inter vivos”, por ato oneroso, de propriedade ou domínio útil de bens móveis, estando ele previsto no artigo 156, da Constituição Federal, que dispõe “Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.”

Quando se trata da constituição da *Holding*, em alguns casos devem ser analisados a incidência do ITBI, uma vez que dependendo da atividade principal da empresa a mesma tem a isenção do imposto. Como se trata de integralização de capital, caso a mesma não tenha em suas atividades compra e venda de bens, locação ou arrendamento mercantil e durante dois anos não pratique tal atividade, não é tributado o imposto ITBI (SILVA; ROSSI, 2017).

O imposto de renda (IR), seu fato gerador é a aquisição de disponibilidade econômica física ou jurídica de renda. No caso da constituição da *Holding*, somente haverá tributação caso a transferência seja procedida com o valor superior ao que consta na declaração do IR. Caso contrário, bastará proceder a baixa do bem na declaração seguinte, lançando-se, em substituição e pelo mesmo valor, as ações ou quotas da pessoa jurídica em que o bem foi integralizado (SILVA; ROSSI, 2017).

Outro fato que é importante ressaltar é o imposto sobre os rendimentos que a empresa terá, sendo necessário analisar o ganho na pessoa física, levando em consideração a tabela progressiva e a tributação no tipo de regime tributário escolhido pela empresa.

O ganho de capital é o ganho que foi obtido com a venda de imóveis ou outros tipos de bens, que por sua vez se alienado como pessoa física é tributado 15% podendo ser mais com base na tabela progressiva, mas caso seja tributado como pessoa jurídica como, por exemplo, uma empresa do lucro presumido, a mesma, é tributada 15% de imposto de renda com adicional de 10% se houver e 9% de contribuição social (OLIVEIRA; MANTOVANI, 2016).

Além de administrar imóveis próprios, a *holding*, pode também comprar e vender imóveis, no entanto, o imóvel que tenha rendimentos de alugueis deve compor a conta de imobilizado e os lucros desse referido bem deve ser apurado o ganho de capital, onde deve constar o valor de aquisição e os custos reduzidos da depreciação com o valor de venda (OLIVEIRA; MANTOVANI, 2016).

2.4.4 Principais regimes tributários aplicados na *Holding*

O planejamento tributário é essencial na constituição da *holding*, por meio de um especialista é possível analisar o cenário e utilizar da estratégia mais vantajosa para a redução da carga tributária. Deve ser analisado constantemente o planejamento tributário, uma vez que é alterada a legislação e assim trazer os benefícios para a organização (MAMEDE; MAMEDE, 2017). Destacando que os principais regimes tributários que podem ser adotados para as empresas *Holding*, é o Lucro Real e o Lucro Presumido.

No regime tributário apurado pelo lucro presumido, a organização antecipa os tributos mensalmente com base no seu faturamento mensalmente, aplicando os



percentuais previstos, que devem ir de acordo com a atividade da empresa. Dessa forma, os valores expressos no balanço podem ser optados pelo regime mais vantajoso, uma vez que o lucro real pode ser apurado trimestralmente e anualmente, sendo compensadas as antecipações realizadas mensalmente e caso tenha uma margem de lucro o mesmo deve ser tributado pelo imposto de renda, adicional e a contribuição sobre o lucro líquido (OLIVEIRA et al., 2013).

Vale ressaltar que no Lucro Real, os impostos como o IR e a contribuição social é calculado sobre o lucro que é a partir do lucro contábil, sendo apurado pela pessoa jurídica, acrescidos de ajustes, podendo ser positivo ou negativo, requerido pela legislação fiscal. Já no Lucro Presumido, a tributação é um pouco mais simplificada com relação ao imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro (GUIA TRIBUTÁRIO, 2013).

Muitos estudiosos entendem que para a constituição da *holding*, é mais apropriado e vantajoso a opção do regime tributário como lucro presumido, que por sua vez não pode exceder o limite da receita bruta anual, salvo se enquadrar nas atividades previstas na Lei 9.717/98 (MENDES, 2015).

Contribuindo com a afirmação, Fernandez e Balko, citam que para *holding* o regime tributário que traz mais benefícios é o lucro presumido, uma vez que tem as alíquotas mais baixas. Alertando que a empresa não pode estar impedida conforme a Lei 9.718/98, para optarem ao regime do lucro presumido e utilizar as alíquotas estabelecidas em lei (FERNANDEZ; BALKO, 2014).

Ressalta que em relação ao regime tributário Simples nacional a Lei complementar nº 128/2008, prevê a impossibilidade de participar do capital de outras empresas. No caso de empresas que não iram participar de outras sociedades é uma opção de regime tributado, que deve ser analisado as vantagens para esse tipo de tributação (BRASIL, 2008).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta seção é enquadrar a pesquisa conforme os procedimentos metodológicos a serem adotados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em relação a abordagem do problema é uma abordagem qualitativa. Onde o objetivo é apresentar por meio de coletas de dados estudando as particularidades e a experiência, logo, não usa os dados agrupados em estatística. A pesquisa qualitativa tem como objetivo principal de descobrir a tendência e opiniões de pensamento (Andrade, 2012).

Foi delimitado o tipo de pesquisa quanto aos objetivos como descritiva, pois, o estudo busca explicar as particularidades de um grupo, indivíduo ou qualquer fenômeno que está sujeito a uma análise. Por meio da pesquisa descritiva é possível avaliar vários aspectos de forma detalhada e investigativa (APPOLINÁRIO, 2011).

E quanto aos procedimentos a técnica de análise foi por meio de análise de conteúdo e estudo de caso único, uma vez que a análise de dados, Segundo Bardin (2011), as descrições quantitativas e qualitativas ajudam a interpretar e a atingir o significado real além somente da leitura e sim da interpretação.



Já o estudo de caso único, para Silva (2006) é um trabalho que analisa os fatos com profundidade e tem como objeto de pesquisa o indivíduo, a organização entre outras situações.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ESTUDO DE CASO

A coleta dos dados foi por meio da análise de conteúdo, mediante documentos fornecidos pela contabilidade responsável pelas empresas objeto do estudo. Foram necessários relatórios contábeis, como: Balanços Patrimoniais de todas as empresas em estudo, relação de faturamentos, documentos de constituição, impostos de renda dos sócios e familiares, relação de imobilizados e de bens dos sócios e familiares.

De posse dos documentos, realizou-se a elaboração da análise do estudo de caso e foi possível identificar como seria a constituição de uma empresa *Holding*, atingindo os objetivos dessa pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O estudo foi realizado com um dos sócios de uma empresa familiar de grande porte, com atividade de indústria e comércio de vestuário, calçados e acessórios, situada na cidade de Sombrio/SC. O estudo baseou-se em informações contidas dessa empresa e de outras duas empresas das quais também possuem quotas de capital do sócio em estudo, além de informações com relação ao valor dos bens patrimoniais do empresário por meio da declaração do imposto de renda.

Para análise dos resultados elaborou-se uma simulação da constituição de uma *holding* que teria suas cláusulas contratuais conforme o Código Civil e demais legislações, incluindo as cláusulas conforme estipulado entre a família como regra de sucessão e administração das empresas.

Como modelo utilizaria a doação do proprietário a seu filho com usufruto vitalício a ele as quotas da *holding*, sendo que a *holding* participaria nas sociedades em nome do atual sócio, sendo uma empresa controladora e administraria os bens próprios do sócio.

Optaria em integralizar as quotas de participação nas três empresas e o patrimônio declarado no imposto de renda do sócio, já os fundos de pensão, aplicações e automóveis particulares não seriam integralizados, pois os beneficiários dos rendimentos das aplicações já estão estipulados e não seria viável financeiramente para o sócio, juntamente com o automóvel que é utilizado pelo sócio. Logo, os demais bens não tributariam o ganho de capital, pois os valores integralizados na *holding* seriam os mesmos declarados no Imposto de Renda Pessoa Física.

Analisando o tipo de estrutura familiar seria proposta a constituição de uma sociedade limitada e com o regime de tributação no Lucro Presumido, uma vez que sua atividade se limitaria a administração de bens. Em geral, os custos para a constituição da *holding* com advogado e contador seria igual ou um pouco maior que a constituição de uma outra empresa, além dos custos de registro de escrituras e demais órgãos regularizadores.

O processo de integralização dos bens se daria de forma sucinta, uma vez que deve ser realizado diretamente no cartório de registro, com os documentos necessários da empresa, dos sócios e do imóvel, tendo um custo do recolhimento do

FRJ e do cartório apenas, lembrando que o ITBI (imposto de transmissão de Bens Inter vivos) por sua vez é isento, mas deve ser realizada a solicitação da declaração de isenção, junto à prefeitura municipal.

Com relação a sucessão por meio da constituição da *holding*, identificaríamos que a estrutura familiar é composta pelo sócio principal da empresa, sua esposa e um filho com 11 anos de idade. O casal ainda pretende ter mais um filho, sendo assim, a sucessão por meio da constituição da *holding* deve observar em uma das cláusulas do contrato social as regras conforme acordo entre os familiares. Logo, é importante identificar futuras aquisições e possíveis conflitos dentro da família, lembrando que nesse sentido, os sócios devem confiar todo o patrimônio pessoal e empresarial aos demais sócios.

Sendo assim, em uma constituição de *holding* é possível incluir na função de administração, permitindo que todos os herdeiros tenham direitos iguais, e a gestão das participações nas empresas vem ao encontro do herdeiro, identificando se realmente existe a vocação para a gestão. Outro ponto importante é evitar que outros herdeiros eventuais não possam participar da sociedade, reservando seu direito.

A cláusula usada seria de que com o falecimento de quaisquer dos sócios, as atividades da empresa continuarão normalmente com os sócios remanescentes, onde o ingresso de novos sucessores, sem o expresso consentimento é exclusivo da decisão de admitir outras pessoas no quadro societário, podendo ser reembolsado conforme sua parte da herança.

Ao incluir a cláusula de *affectio societatis*, a sociedade entre a família passa a ser mais segura com relação a sucessão da empresa *holding* e conseqüentemente as demais empresas, lembrando que seria interessante especificar regras que o patriarca quer colocar na sociedade para que seja realizado a sucessão com sucesso para a continuidade do empreendimento feito por ele.

A criação da *holding* familiar tem como objetivo também o planejamento e a proteção patrimonial, logo, a atual situação do sócio é o envolvimento direto como pessoa física, ou seja, ele responde diretamente pelos ônus da empresa, sendo o credor de todas as ações das empresas, onde qualquer risco da atividade, assim como empréstimos e financiamentos, podem ser cobrados automaticamente em seus bens.

Com o planejamento de uma *holding*, a credora seria a empresa *holding* e os riscos de possivelmente perda de bens é mínima, uma vez que o patrimônio da *holding* seria o capital social e não bens propriamente ditos, tanto do sócio quanto das outras empresas que podem migrar também para essa *holding*.

Logo, identificaríamos a preservação patrimonial pessoal perante credores da empresa. É necessário para assegurar a preservação dos bens a inclusão de uma cláusula no contrato social de impenhorabilidade citando-se que as quotas da sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante credores.

A *holding* além da sucessão e da proteção patrimonial tem como objetivo também o planejamento tributário, que variam conforme cada empresa. Neste sentido, aplicaria um planejamento, sendo analisados pelo custo de aquisição dos bens e imóveis, juntamente com a soma dos capitais sociais investidos nas empresas em que participa da sociedade.

Os valores do patrimônio abaixo forma utilizados para realizar a análise e o planejamento tributário do sócio, que serão analisados com relação a atual situação e como seria com a constituição da *holding*.

Quadro 01: Valores do patrimônio.

| PATRIMÔNIO | |
|-------------------------|-------------------------|
| Bens e Imóveis | R\$ 2.621.200,00 |
| Quotas de participações | R\$ 1.298.800,00 |
| TOTAL | R\$ 3.920.000,00 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi possível identificar o montante total de R\$ 3.920.000,00 de patrimônio, onde a maior parte é de bens e imóveis e o restante do patrimônio são quotas de capital das três empresas que o sócio participa da sociedade, declarados no imposto de renda do ano calendário 2019, exercício 2020.

No próximo quadro, é possível identificar os rendimentos tributáveis informados, separados por pró-labore e receitas de alugueis, sendo que o pró-labore é recebido das empresas que tem participação societária.

Quadro 02: Valores dos Rendimentos Anuais.

| RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS | |
|--------------------------------|----------------------------|
| Pró-Labore | R\$ 98.200,00/ Ano |
| Receitas de Aluguel | R\$ 18.000,00/ Ano |
| TOTAL | R\$ 116.200,00/ Ano |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os valores de pró-labore foram divididos, sendo R\$ 52.680,00 da empresa A e R\$ 45.520,00 da empresa B, totalizando o montante de R\$ 98.200,00. Já a receita de aluguel é referente uma casa, que foi recebido nos meses de 2019 o valor de R\$ 1.500,00, totalizando no ano R\$ 18.000,00.

Com base nos rendimentos tributáveis anuais declarados no imposto de renda, foi possível fazer uma análise tributária e reconhecer o montante que atualmente está sendo recolhido, demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 03: Cálculo do IRPF sobre os rendimentos.

| IRPF | |
|---------------------------------|--------------------------|
| Rendimentos | Valores |
| Pró-Labore | (+) R\$ 98.200,00 |
| Aluguéis | (+) R\$ 18.000,00 |
| Total | (=) R\$ 116.200,00 |
| INSS s/ pró-Labore - 14% | (-) R\$ 16.268,00 |
| Base de cálculo IR | (=) R\$ 99.932,00 |
| IRPF - 27,5% | (=) R\$ 27.481,30 |
| Parcela a deduzir | (-) R\$ 10.432,32 |
| TOTAL IRPF | (=) R\$ 17.048,98 |

Fonte: Elaborado pela autora.



Observa-se que os rendimentos são tributados, ocasionando o pagamento anual de R\$ 17.048,98. Sendo calculados com base na tabela do imposto de renda de 2019, exercício 2020.

O INSS sobre o pró-labore, já está calculado com base na porcentagem atual sendo o máximo que uma pessoa física pagaria juntamente com o imposto de renda que aplicando a tabela progressiva seria aplicado a porcentagem de 27,5% reduzido da parcela a deduzir.

Com a simulação da constituição da *holding*, estima-se uma retirada de pró-labore de R\$ 6.101,06 por mês apenas, uma vez que não haveria necessidade da retirada das demais empresas que não será mais sócio diretamente, utilizando o atual valor do teto referente a previdência.

Os demais rendimentos seriam incorporados por meio de distribuição de lucros que as outras empresas iriam repassar para a holding, e assim seria possível repassar para os sócios de forma isenta e não tributada até o momento. Sendo tributado o pró-labore da seguinte forma.

Quadro 04: Cálculo do IRPF sobre o Pró-labore.

| IRPF | | |
|---------------------------------|------------|----------------------|
| Rendimentos | | Valores |
| Pró-Labore | (+) | R\$ 73.212,72 |
| INSS s/ pró-Labore - 14% | (-) | R\$ 10.249,78 |
| Base de cálculo IR | (=) | R\$ 62.962,94 |
| IRPF - 27,5% | (=) | R\$ 17.314,81 |
| Parcela a deduzir | (-) | R\$ 10.432,32 |
| TOTAL IRPF | (=) | R\$ 6.882,49 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Identifica-se o montante tributado pelo pró-labore na *holding*. O valor do imposto de renda continua sendo uma tributação na pessoa física do empresário, porém, já no momento da constituição e transferência dos bens para a pessoa jurídica e administrada pela *Holding*, o aluguel passaria a ser tributado pela pessoa jurídica tributada como lucro presumido, da seguinte forma.

Quadro 05: Cálculo Das receitas de aluguéis tributados na *Holding*.

| RECEITAS DE ALUGUÉIS | | R\$ 18.000,00 |
|-----------------------------|---------------|----------------------|
| IRPJ | 4,80% | R\$ 864,00 |
| CSLL | 2,88% | R\$ 518,40 |
| PIS | 0,65% | R\$ 117,00 |
| COFINS | 3% | R\$ 540,00 |
| TOTAL | 11,33% | R\$ 2.039,40 |

Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa como optante pelo lucro presumido no caso de locação passa passaria a ser tributada em 11,33%, divididos em PIS, Cofins, IRPJ e CSLL. Sendo que esse valor é o montante pagos , mas o recolhimento deve ser feito mensal.



Por meio dos quadros anteriores, elaborou-se o comparativo de tributação da pessoa física atualmente, com a pessoa física sem a constituição da *holding* e como ficaria caso seja constituído a *holding*.

Quadro 06: Comparativo de carga tributária.

| SEM HOLDING X COM HOLDING | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Pessoa física sem a <i>holding</i> | Pessoa física com a <i>holding</i> |
| R\$ 17.048,98 | R\$ 8.921,89 |

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível identificar a redução de R\$ 8.127,09, sendo uma possível economia para o sócio de forma lícita e que não interfere na renda do sócio.

Com relação ao inventário, é possível identificar alguns benefícios também, e que devem ser analisados caso ocorra a constituição da *holding*, uma vez que não seria pago o ITBI (imposto de transmissão de Bens Inter vivos), pois trata de integralização de capital na constituição da *holding*, passando a ser isento de tributação.

Os custos de contabilidade e outros custos de manutenção da empresa não foram analisados no atual estudo de caso, não sendo considerada relevante em consideração a economia geral do estudo.

Desta forma, com relação aos bens que já estariam no contrato da *holding*, não seria mais necessário passar por um inventário e sim por um processo administrativo alterando o contrato social, que pode variar em média de 30 dias, economizando a questão do tempo e também financeiro.

Caso seja feito o inventário, existem burocracias e custos que podem causar desconforto aos herdeiros e sucessores, o quadro abaixo demonstra o comparativo da tributação caso seja necessário ser feito o inventário e caso seja constituída a *holding*.

Quadro 07: Comparativo de tributação.

| INVENTÁRIO | | | |
|-----------------------------|--------------|-----------------------|-------------------------|
| Tributos/Taxas | % | HOLDING | PESSOA FÍSICA |
| ITCMD | 7,00% | R\$ 274.400,00 | R\$ 274.400,00 |
| Honorários advocatícios | 20,00% | | R\$ 784.000,00 |
| Custas Judiciárias | 400 URCs– 10 | | R\$ 13.600,00 |
| Custo de escritura/registro | 3% | R\$ 117.600,00 | R\$ 117.600,00 |
| TOTAL | | R\$ 392.000,00 | R\$ 1.189.600,00 |

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível identificar por meio desse quadro o comparativo da constituição da *holding* com a tributação na pessoa física sem a constituição da *holding*, logo, é demonstrado uma diferença de R\$ 797.600,00 de uma possível economia financeira. Ressalta-se ainda que esses cálculos sejam com base no valor declarado no imposto de renda, porém, na prática, o cálculo seria realizado com base no valor de mercado do imóvel, ou seja, poderá proporcionar uma economia maior.



Com relação ao ITCMD é considerado 7% pois o montante total é acima de R\$ 150.000,00, caso o mesmo seja menor seria considerada uma tabela progressiva, conforme a legislação vigente do estado de Santa Catarina.

Já os honorários advocatícios foram calculados com base de 20% que é a porcentagem aplicada na região sul de Santa Catarina, sendo que é uma porcentagem que poderia ser negociada e que variar conforme o montante do inventário. As taxas judiciais devem ser consideradas apenas quando é feito um processo judicial para aprovação, mas deve ser considerado para análise desse estudo de caso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas familiares são organizações gerenciadas por pessoas da mesma família, que utilizam a cultura adotada pela família, visando à continuidade das atividades por meio dos herdeiros e sucessores. Diferente de outras entidades, algumas empresas familiares sofrem com a sucessão, onde grande parte delas encerra suas atividades na primeira geração e raramente chegam à terceira geração com sucesso.

Diante disso, um bom planejamento sucessório pode garantir a continuidade na organização, reduzindo os riscos com relação a sucessão, proteção patrimonial e a carga tributária planejada. A *holding* é uma opção e pode ser utilizada como uma ferramenta de planejamento para empresas familiares que querem reduzir os riscos com a sucessão.

A *holding*, uma vez que utilizada nas empresas familiares, pode servir como base legal para constituição de regras dentro da família, podendo reduzir conflitos entre herdeiros. Além do planejamento sucessório, a *holding* é importante para a questão da proteção patrimonial, uma vez que o sócio deixa de atuar como pessoa física dentro das outras empresas e permaneçam seus bens em uma pessoa jurídica, que administre os bens e também de quotas de capital, diminuindo o risco de possíveis perdas diretas no patrimônio.

Contudo, o objetivo geral desse estudo foi analisar como a constituição de uma *holding* familiar pode contribuir para a proteção e sucessão patrimonial, bem como identificar os efeitos tributários, para que seja possível a continuidade da organização sem conflitos.

Com relação ao primeiro objetivo específico que é caracterizar e conceituar os tipos de sociedades e empresa familiar identificou-se os tipos de sociedades empresárias e a forma como são constituídas, visando identificar o melhor tipo de sociedade para o estudo de caso.

Quanto ao segundo objetivo específico, que é analisar como ocorre o processo de sucessão de uma empresa familiar do estudo de caso, identificou-se os possíveis conflitos que ocorre na sucessão entre herdeiros e sucessores além de projetar a sucessão patrimonial por meio da constituição da *holding*.

No que diz respeito ao terceiro e último objetivo específico, foi possível apresentar uma proposta sobre os efeitos tributários resultantes da reorganização societária, afim de beneficiar a empresa que já atua no mercado a muitos anos e que pretende continuar com muito sucesso após as sucessões familiares.

Sendo assim, a *holding* familiar pode ser uma solução para empresas que pretendem reduzir os riscos com a sucessão e proteção patrimonial, além de poder



tornar-se um bom planejamento, reduzindo os encargos tributários, juntamente com burocracias de inventários e reduzindo possíveis conflitos familiares. Foi possível analisar a constituição de uma *holding* familiar, por meio da sociedade empresária limitada, uma vez que pretende manter o *affectio societatis*, protegendo os bens e a família, incluindo em suas atividades econômicas a participação em outras sociedades e de administração de bens próprios.

Conclui-se que a constituição da *holding* é atrativa para as empresas familiares, uma vez que atinge o planejamento sucessório da proteção patrimonial com êxito, além de beneficiar tributariamente à família.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes de. **Direito de empresa no código civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 264 p.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pósgraduação: noções práticas**. São Paulo: Atlas, 2012

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BERGAMINI, Adolpho. **A Constituição da empresa denominada *Holding* Patrimonial como forma de redução da carga tributária da pessoa física, planejamento sucessório e retorno de capital sob a forma de lucros e dividendos, sem tributação**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/21908382-Adolpho-bergamini-i-introducao.html>>. Acesso em 11 abr. 2020.

BORNHOLDT, Werner. **Governança na Empresa Familiar: implementação e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 182 p

BRANDT, E.; KROENKE, A.; PLETSCH, C. **Efeito da gestão familiar na avaliação do desempenho da empresa**: evidências do Brasil. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 17, n. 52, p. 41-55, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 18 de Maio de 2011.

BULGARELLI, Waldirio. **Sociedades comerciais: sociedades civis, sociedades cooperativas, empresas, estabelecimento comercial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 400 p.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária e Societária para Advogados**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 320 p.



FERNANDEZ, Hamilton D. Ramos; BALKO, Lenine Ceymini. **Benefícios Tributários na Constituição da *Holding* Familiar**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERNANDINO, Matheus Bonaccorsi. **Governança jurídica nas empresas familiares**. São Paulo: Jurídica Editorial, 2016.

GARCIA, Fátima. ***Holding* familiar: Planejamento sucessório e proteção patrimonial**. Viseu, 2018.

GUIA TRIBUTÁRIO. **Regimes de Tributação no Brasil**. 2013. Disponível em: . Acesso em: 26 nov. 2017.

HUNGARO, Fernando Martinez. **A figura das empresas *holding* como forma de proteção patrimonial, planejamento sucessório e controle de grupos empresariais**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 5, n. 5, 2009.

LONGO, José Henrique. **Criação de *Holding* e proteção patrimonial**. Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). São Paulo. 2013.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Empresas familiares: administração, sucessão e prevenção de conflitos entre sócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. ***Holding* familiar e suas vantagens: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. ***Holding* familiar: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANGANELLI, D. L. ***Holding* familiar como estrutura de planejamento sucessório em empresas familiares**. *Revista de Direito*, v. 8, n. 02, p. 95-118, 7 abr. 2017.

MENDES, GidelleNiemann. **As vantagens tributárias na constituição de *holdings* patrimoniais**. Portugal Vilela Almeida Behrens. Mar. 2015. Disponível em:<<https://www.migalhas.com.br/depeso/277296/as-vantagens-da-holding-patrimonial>>. Acesso em: 27. Maio. 2020

MENEGHETTI, L. I.; et al. **Melhor um na mão ou dois voando? Governança corporativa no grupo águia**. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo*, v. 12, n. 6, p. 1583-1601, 2018.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Holding, a administração corporativa e unidade estratégica de negócios: uma abordagem prática**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 150 p.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; JUNIOR, José Hernandez Perez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas. S.A, 2015. 443 p.

OLIVEIRA, M. F. et al. **Possíveis combinações de gênero no processo sucessório em empresas familiares: um estudo comparativo no contexto brasileiro**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 7, n. 3, p. 167-189, 2018.

ORO, I. M.; LAVARDA, C. E. F. **Interface dos sistemas de controle gerencial com a estratégia e medidas de desempenho em empresa familiar**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, v. 30, n. 79, p. 14-27, 2019.

SEBRAE. **As características de negócios familiares**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 16 abril 2020.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas e conselho de administração**: novo modelo de gestão para redução do custo de capital e geração de valor . São Paulo: Atlas, 2006. 181 p.

SILVA, Fabio Pereira da; ROSSI, Alexandre Alves. **Holding familiar**: visão jurídica do planejamento societário, sucessório e tributário. 2. ed . São Paulo; Trevisan Editora, 2017.

TEIXEIRA, J. A. B. **Holding Familiar**: Tipo Societário e seu Regime Tributário. FiscosoftOnLine – Informações Fiscais e Legais. Elaborado em 05/2007. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/a/3gw6/holding-familiar-tipo-societario-e-seu-regimetributario-joao-alberto-borges-teixeira>. Acesso em: 27 de Maio de 2020.

TZIRULNIK, Luiz. **Empresas & Empresários no Novo Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 183p.

VAZQUEZ, Adolfo; CASILLAS, José Carlos; DÍAS, Carmen. **Gestão da empresa familiar: conceitos, casos e soluções**. São Paulo: Thonson, 2017.

VRIES, Manfred F.R. Kets de; CARLOCK, Randel S.; FLORENT-TREACY, Elizabeth. **A empresa familiar no divã: uma perspectiva psicológica**. São Paulo: Thonson, 2015.